ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

PKF Affiance Brazil

PKF Affiance Brazil Auditores Independentes Ltda.
Rua Alves Guimarães, 462, 2° Andar
Pinheiros – São Paulo - SP
CEP: 05410-000

+55 (11)3070 1000
contato@pkfbrazil.com.br
pkfbrazil.com.br

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR

CE-186-2023-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração da
ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Teresina - PI

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR (Entidade)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos nos itens 1 e 2 descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR (Entidade)** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas NBC TG 1000(R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Base para opinião com ressalvas

1. Conforme mencionado na nota explicativa n° 6 às demonstrações contábeis, com o início das operações e funcionamento da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa ocorrida no final de 2023, a Entidade apresentou aumento significativo no volume de suas atividades que exigiram adequações dos sistemas de tecnologia da informação (ERP) da Entidade e suas respectivas integrações gerenciais, contábeis e fiscais. Durante nossa auditoria do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram identificadas divergências entre os sistemas gerenciais de controles de estoques e os registros contábeis que, até a finalização de nossos trabalhos não foram solucionadas. Consequentemente, não temos condições de opinar, e por isso não opinamos, sobre a integridade do montante de R$ 9.674.177, registrado na rubrica de "Estoques", classificado no ativo circulante para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e os seus respectivos efeitos no resultado do exercício findo naquela data.
2. Conforme mencionado na nota explicativa n° 13 às demonstrações contábeis, a Entidade apresenta o montante de R$ 15.298.139 sob a rubrica de Custos dos Serviços Vendidos, para os quais identificamos inconsistências entre a escrituração fiscal e os registros contábeis das entradas a menor no montante de R$ 4.779.690 devido a falhas de integração de sistemas. Até a finalização de nossos trabalhos de auditoria, não nos foi apresentada a correta conciliação dos respectivos montantes e das divergências apuradas e os registros fiscais da Entidade para o exercício findo naquela data. Consequentemente, não temos condições de opinar a respeito da adequação da integridade dos custos reconhecidos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Recebíveis do Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa em atraso

Chamamos a atenção para a nota explicativa n°5 às Demonstrações Contábeis, a qual menciona que a Entidade possui o montante de R$ 14.942.524 em situação de atraso registrados na rubrica Convênios e Subvenções a Receber do Contrato de Gestão firmado com o Governo do Estado do Piauí, através da Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI para a gestão administrativa, contratação de pessoal e compra de equipamentos para a Nova Maternidade D. Evangelina Rosa. A Nova Maternidade D. Evangelina Rosa tem o início de suas operações previsto para julho de 2023. Devido a alguns retardos no processo de compras e entrega dos equipamentos constantes no objeto do contrato, ocorreram atrasos em alguns repasses por parte do Secretaria de Saúde do Estado do Piauí – SESAPI. Nossa opinião não contém modificação em relação a esse assunto.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que inclui a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras ou atividades de negócio da Entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Entidade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Teresina, 22 de março de 2024.

PKF Affiance Brazil

PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
CRC N° 2SP025652/O-0

Cleverson Lacerda Silva
CTCRC N° 1SP289079/O-0

A PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES é membro da PKF International Limited, uma rede de sociedades legalmente independentes, a qual não aceita quaisquer responsabilidades pelos atos ou omissões de qualquer sociedade ou sociedades membro.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Balanço Patrimonial - Ativos
Exercício Findo em dezembro de 2023 e 2022

Ativos líquidos apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.221.571	3.700.103
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	11b.4	26.867.927	22.177.787
Convênios e Subvenções a Receber	5	35.749.349	42.123.627
Estoques	6	9.674.177	2.648.328
Ativo Fiscal		2.928	1.263
Despesas Antecipadas		68.328	74.687
Adiantamentos		2.426.554	1.294.966
		77.010.834	**72.020.761**
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	7	68.703.272	31.577.047
		68.703.272	**31.577.047**
Total do Ativo		**145.714.106**	**103.597.808**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Balanço Patrimonial – Passivos e PL
Exercício Findo em dezembro de 2023 e 2022

Passivos líquidos apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Passivo Circulante			
Fornecedores de bens e serviços	8	6.153.927	1.900.862
Empréstimos e Financiamentos	9	312.413	281.131
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	10	1.967.226	1.412.291
Outras Obrigações		14.245	33.311
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	40.685.555	1.127.074
		48.133.366	**4.754.669**
Passivo Não Circulante			
Empréstimos e Financiamentos	9	440.227	727.452
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	86.694.364	85.903.929
		87.134.591	**86.631.381**
Patrimônio Líquido			
Patrimônio Social		2.260.282	2.260.282
Superávit Acumulado		7.185.867	9.951.476
		9.446.149	**12.211.758**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**145.714.106**	**103.597.808**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Demonstrações do Resultado
Exercício Findo em dezembro de 2023 e 2022

Resultado do exercício apresentado em Reais

	Nota	2023	2022
Receita Operacional Líquida	12	41.893.795	33.677.747
Custo com Serviços Vendidos	13	(15.298.139)	(13.860.653)
Custo com Produtos Vendidos	14	(8.644.503)	(5.682.035)
Superávit Operacional Bruto		**17.951.153**	**14.135.059**
(Despesas) com Atividades de Saúde			
Despesas Administrativas	15	(20.698.718)	(15.096.527)
Outras Receitas e (Despesas) Operacionais			
Outras Receitas Operacionais		193.345	169.712
Outras Despesa Operacionais		(289.691)	(23.076)
(Déficit) Antes do Resultado Financeiro		**(2.843.911)**	**(814.832)**
Resultado Financeiro Líquido	16	**78.302**	**171.260**
(Déficit) do Exercício		**(2.765.609)**	**(643.572)**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Resultado abrangente apresentado em Reais

	2023	2022
(Déficit) Superávit do Exercício	**(2.765.609)**	**(643.572)**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado do Exercício Abrangente	**(2.765.609)**	**(643.572)**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Movimentação da Mutação do Patrimônio Líquido apresentado em reais

	Patrimônio social	Superávit/Déficit Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.260.282**	**10.595.048**	**12.855.330**
Déficit do período		(643.572)	(643.572)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.260.282**	**9.951.476**	**12.211.758**
Déficit do período		(2.765.609)	(2.765.609)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**2.260.282**	**7.185.867**	**9.446.149**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Fluxo de Caixa apresentado em reais

	Nota	2023	2022
Atividade Operacional			
(Déficit) do exercício		**(2.765.609)**	**(643.572)**
Itens que Não Afetam o Caixa:			
Depreciação	7b	2.472.592	1.190.204
Custo na baixa de Ativo Imobilizado	7b	408.587	13.525
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	11	(6.901.923)	(2.506.129)
Juros sobre empréstimos e financiamentos provisionados		164.211	198.485
(Déficit) Ajustado		**(6.622.142)**	**(1.747.487)**
(Aumento) / Diminuição das Contas do Ativo		**38.366.884**	**7.213.287**
Caixa Restrito - Aplicações financeiras		(4.690.140)	(22.177.787)
Clientes, Convênios e Subvenções a Receber		(1.408.159)	(250.173)
Despesas Antecipadas		6.358	(9.406)
Adiantamentos		(1.131.588)	(692.281)
Estoques		(9.441.198)	(551.013)
Ativo Fiscal		(1.665)	1.087
Subvenções Governamentais Recebidas		55.033.276	30.892.860
Aumento / (Diminuição) das Contas do Passivo		**7.984.054**	**1.190.622**
Fornecedores de bens e serviços		7.448.185	1.047.777
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias		554.935	146.965
Outras Obrigações		(19.066)	(4.120)
Fluxo de caixa Gerado pela Atividade Operacional		**39.728.796**	**6.656.422**
Atividades de Investimento			
Aquisição do Ativo Imobilizado	7b	**(40.787.174)**	(7.868.566)
Fluxo de Caixa Consumido pela Atividade de Investimentos		(40.787.174)	**(7.868.566)**
Atividades de Financiamento			
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos		(420.154)	(847.250)
Fluxo de Caixa (Consumido) / Gerado pela Atividade de Financiamento		**(420.154)**	**(847.250)**
(Diminuição)/ Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		**(1.478.532)**	**(2.059.394)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	3.700.103	5.759.497
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	2.221.571	3.700.103
		(1.478.532)	**(2.059.394)**

As Notas Explicativas Integram o Conjunto das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO ASSOCIAÇÃO REABILITAR
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Notas apresentadas em reais, exceto se indicado de outra forma

1. Informações Gerais

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação – Associação Reabilitar, localizada na Av. Higino Cunha, 1515 - Ilhotas, Teresina - PI, 64014-220 fundada em 13 de março de 2006, como Entidade civil, com personalidade jurídica de direito privado, de interesse coletivo, e caráter assistencial de atenção à saúde, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual n° 12.286/06 e Decreto Municipal n° 14.526/14, não possui finalidade lucrativa, além disso, tem como objeto a inclusão social das pessoas com deficiência através de atividades de habilitação, reabilitação e readaptação. A entidade é reconhecida de utilidade pública Municipal pela Lei n° 3.777, de 30 de junho de 2008 e Estadual pela Lei Ordinária n. º 5.851, de 17 de junho de 2009.

Para consecução dos seus objetivos, a Organização mantém Contrato de Gestão com o Governo do Estado do Piauí, Prestação de Serviços ao SUS, Produção e Comercialização de Órteses e Próteses como também recebe Subvenções e Doações de Pessoas Físicas e Jurídicas.

a. Principais Eventos em 2023

Contrato de Gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa

Em abril de 2022, a Associação Reabilitar e o Governo do Piauí, por meio da Secretaria Estadual de Saúde (SESAPI), assinaram o contrato de gestão administrativa e compra dos equipamentos da nova Maternidade Dona Evangelina Rosa. Diante disso, ressalta-se que o centro materno-infantil está com obras em fase final e ficará localizado na Avenida Presidente Kennedy, Zona Leste de Teresina.

Após a assinatura do contrato, foi criada uma Comissão de Transição, formada por colaboradores da Reabilitar, servidores da Sesapi, representantes da diretoria da atual maternidade e membros do Conselho das Secretarias Municipais de Saúde (Cosems), para acompanhar as ações administrativas e a compra de equipamentos, assim como planejar o funcionamento do novo prédio.

Inaugurada em 28 julho de 2023, a Nova Maternidade é administrada pela Associação Reabilitar em parceria com o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi). A unidade de saúde é referência em atendimento a gestantes e bebês de 0 a 2 anos de alto risco, através da oferta de serviços de saúde especializados de qualidade e totalmente custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Logo após a inauguração, entraram em funcionamento os serviços do Ambulatório Especializado de Alto Risco e a parte administrativa. O processo de transferência dos pacientes da antiga maternidade para nova unidade de saúde foi iniciado em 26 de novembro de 2023, quando também foram realizados os dois primeiros partos. A transferência ocorreu de forma planejada e gradativa até que todos os pacientes fossem transferidos com segurança. A NMDER entrou em funcionamento completo em 01 de dezembro de 2023.

Atualmente a entidade está realizando investimentos no setor de tecnologia e sistemas e vem realizando investigações para o levantamento dos problemas que deram causa as inconsistências identificadas, conforme apontado no relatório do auditor independente.

Demais projetos da Associação Reabilitar

No último ano, o STE transportou mais de 115 mil pacientes que necessitavam se deslocar até Teresina para realizar tratamento médico pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Em 7 anos, já foram 757 mil beneficiados com o projeto, que abrange 24 municípios, todos localizados no Território Entre Rios.

Em 2023, o CEIR alcançou a marca de 2 milhões de atendimentos. O Centro é especializado no tratamento multidisciplinar de pessoas com deficiência física, auditiva e intelectual. Também são ofertados atendimentos de reabilitação para pacientes com sequelas de Covid-19 e realizados mais de 100 tipos de procedimentos e exames no Centro de Diagnóstico. Os usuários contam, ainda, com os serviços oferecidos através da Oficina Ortopédica, que fabrica e concede produtos sob medidas para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Em 2023, o Programa Passo à Frente realizou 4 entregas em municípios polos (Picos, Uruçuí, São João do Piauí e São Raimundo Nonato), com 37 municípios contemplados e 4.280 equipamentos ortopédicos entre órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção entregues.

O Centro de Reabilitação Pós-Covid, na cidade de Parnaíba, é mais um projeto administrado pela Associação Reabilitar. Desde a inauguração, foram 38.967 atendimentos realizados.

A Associação Reabilitar também realiza ações com foco na prevenção do Acidente Vascular Cerebral (AVC), através do projeto Pense Bem. Somente no ano passado, o projeto teve um alcance de mais de 9 mil pessoas por meio de palestras educativas e campanha nas redes sociais da Associação Reabilitar.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado ao contrário.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas – Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", incluindo a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1).

Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de fevereiro de 2024.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico, como base de valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 2.4.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023 que tenham impacto relevante nas demonstrações contábeis da Entidade.

2.3. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.4. Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de certas estimativas contábeis, e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas no período em que são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas, principalmente, nas notas explicativas:

- Nota Explicativa 7 – Depreciação

3. Principais Políticas Contábeis

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Entidade para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Entidade tenha aplicado o expediente prático, a Entidade inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Entidade para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos e caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

ii. Mensuração subsequente

Em 31 de dezembro de 2022, a Entidade possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Entidade ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, contas a receber com Partes Relacionadas e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

v. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Entidade transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Entidade nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Entidade transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Entidade continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Entidade também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Entidade.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Passivos financeiros

i. Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem Fornecedores e Outras Contas a Pagar, Adiantamentos de Clientes, Empréstimos e Financiamentos.

ii. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento. A Entidade não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

b) Contas a Receber

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo montante original da prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade. A Entidade concede normalmente prazo de até 30 dias para o recebimento, depois de efetuado o faturamento, motivo pelo qual são classificadas no ativo circulante. Esse prazo é considerado pela administração como parte das condições comerciais inerentes das operações da Entidade, não caracterizando uma operação de financiamento. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado (valor justo), ajustado pela provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

A provisão para perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (ajuste a valor recuperável) é reconhecida com base na análise dos valores a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração, representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso.

c) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada e, em geral, compreendem materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

A Entidade controla a obsolescência destes estoques e quando identificada uma provisão para perdas com estes estoques a provisão é constituída.

d) Depósitos Judiciais

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

e) Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos mantidos para auferir valorização do capital, conforme divulgado na Nota 8.

As propriedades para investimento estão demonstradas pelos seus respectivos valores justos, os quais foram obtidos através de laudos de avaliação elaborados por entidades profissionais com qualificação reconhecida. A variação no valor justo das propriedades para investimento é reconhecida na demonstração do resultado do exercício, no período em que referida valorização ou desvalorização tenha ocorrido.

f) Imobilizado

i. Reconhecimento e Mensuração

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, o complexo hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Entidade, os quais são demonstrados pelo custo atribuído em 31 de dezembro de 2010, acrescido de gastos incorridos a partir daquela data pelo custo histórico, menos depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do item), são reconhecidos líquidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Custos Subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Considerando que historicamente a Entidade não efetua a alienação de seus principais itens do imobilizado, senão na forma de sucata, o valor residual dos itens do imobilizado será considerado como igual a zero.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos – "*Impairment*"

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não são relevantes e são revisados quando houver indicação de possível desvalorização.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

h) Contas a Pagar aos Fornecedores e Honorários de Serviços Médicos

As contas a pagar aos fornecedores e honorários de serviços médicos são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, uma vez que o pagamento é devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

i) Demais Ativos Circulantes e Não Circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

j) Obrigações Trabalhistas

Constituída com base na remuneração de cada empregado e no período aquisitivo incorrido até a data do balanço, acrescida dos encargos sociais correspondentes. A Entidade tem por prática reconhecer tal obrigação à curto e longo prazo em função da perspectiva de pagamento.

k) Reconhecimento de Receitas

A Entidade reconhece as suas receitas nas seguintes condições:

- As receitas de subvenção são reconhecidas de acordo com a ITG 2002 (R1) como receitas diferidas no passivo, sendo reconhecidas como receita no resultado em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

As subvenções governamentais, inclusive a subvenção não monetária a valor justo é reconhecida pela Entidade quando existe segurança de que:

a) A Entidade cumprirá todas as condições estabelecidas; e
b) A subvenção será recebida.

A subvenção para custeio é reconhecida como receita e confrontada com as despesas que pretende compensar, desde que atendidos a norma contábil NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.

Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, as contrapartidas da subvenção são em conta específica do passivo.

- As receitas de vendas de serviços são mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.
- A Entidade realiza atendimentos a usuários por meio de serviços na área da saúde e de forma complementar, sendo que estes fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS através de contrato com Fundação Municipal de Saúde de Teresina-PI.

l) Receitas e Despesas Financeiras

As receitas financeiras são compostas por receitas de juros sobre as aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as tarifas bancárias no curso normal das operações da Entidade.

m) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis requerem a determinação do valor justo tanto para ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo.

n) Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Seção 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

a. Composição Contábil:

	2023	2022
Caixa		7.877
Aplicações Financeiras		
Banco do Brasil	2.221.571	3.692.225
	2.221.571	**3.700.103**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros produtos de investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As aplicações financeiras representam valores investidos em fundos de investimento em cotas administrados pelo Banco do Brasil S.A, lastreadas principalmente em títulos privados, emitidos por empresas e instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano de 2023 de aproximadamente 92% do DI CETIP (CDI).

5. Convênios e Subvenções a Receber

a. Composição Contábil:

	2023	2022
Subvenções a Receber		
Contrato de Gestão – CEIR (ii)	2.308.977	1.317.174
Contrato de Gestão Nova Maternidade D. Evangelina Rosa (iv)	29.942.523	39.062.973
Transporte Eletivo (Qualisus) (i)	536.387	536.387
CER III	810.000	400.000
Programa Rede Viver sem Limites	165.000	108.000
	33.762.887	**41.424.534**
Convênios		
SUS	1.214.865	597.826
Maternidade D. Evangelina Rosa	810	1.365
IAPEP	19.269	110
SESAPI	593.451	-
	1.828.395	**599.301**
Outras Contas a Receber (iii)	**158.067**	**99.792**
	35.749.349	**42.123.627**

(i) O serviço é uma ação do Governo do Estado do Piauí, através da SESAPI, em parceria com a Associação Piauiense de Municípios (APPM) e com a administração da Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação. Tem como objetivo garantir o transporte de ida e volta para realização de consultas, exames eletivos e outros procedimentos em Teresina a pacientes do SUS residentes em municípios do interior do Piauí contemplados pelo projeto.
(ii) Desde 2008 a Entidade possui Contrato de Gestão firmado com a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí (SESAPI). O Contrato de Gestão define a cada ano as metas de atendimento com o Governo do Estado, sob acompanhamento de uma comissão formada pela Sesapi que avalia os resultados anuais.
(iii) São contas a receber de cartões de crédito, vendas do bazar e aluguel da lanchonete.
(iv) Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa conforme detalhamento da nota 21.

b. Composição por Vencimento de Títulos

	2023	2022
A vencer	**2.385.780**	**1.994.906**
Vencidos	**3.421.047**	**1.065.748**
Vencidos até 30 dias	1.793.324	902.068
Vencidos entre 31 e 60 dias	711.026	20.634
Vencidos entre 61 e 120 dias	452.887	141.570
Vencidos entre 121 e 180 dias	412.494	0
Vencidos entre 181 e 360 dias	23.632	1.476
Vencidos há mais de 361 dias	27.684	0
Subtotal	**5.806.827**	**3.060.654**
Recebíveis Contrato de Gestão Maternidade D. Evangelina Rosa.		
A vencer	**14.999.998**	-
Vencidos	**14.942.524**	**39.062.973**
Vencidos até 30 dias	1.879.389	-
Vencidos entre 31 e 60 dias	901.624	9.831.754
Vencidos entre 61 e 120 dias	2.329.757	19.663.509
Vencidos entre 121 e 180 dias	-	9.567.710
Vencidos há mais de 361 dias	9.831.754	-
Subtotal	**29.942.522**	**39.062.973**
Total	**35.749.349**	**42.123.627**

Em 31/12/2023 os Contratos de Gestão: CEIR, CER IV, STE e MDER estavam com sua posição de recebimento em atraso, onde:

- A Superintendência da Associação Reabilitar solicita mensalmente, o recebimento das parcelas em atraso, por meio de ofício direcionado a SESAPI. Além disso os trâmites processuais são acompanhados diariamente pela alta gestão;
- Os recebíveis com posição em atraso, no montante de R$ 14.942.524, fazem parte do contrato de gestão da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa que possui um cronograma de cumprimento das obrigações do objeto do contrato, o qual diz respeito a compra de equipamentos que estão em andamento. Os recursos se encontram empenhados e aguardando a liquidação por parte da Secretaria Estadual de Saúde, mas devido a alguns retardos no processo de compras e entrega dos equipamentos, ocorreram também atrasos em alguns repasses.

A inauguração da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa ocorreu em setembro de 2023 de forma parcial com a abertura do ambulatório.

6. Estoques

	2023	2022
Mercadorias para Revenda (OPME)	17.155	1.279.775
Materiais da Clínica	870.166	34.782
Materiais de Manut. Gerais	315.259	42.539
Material Médicos	3.037.202	11.027
Matérias Primas	1.085.228	1.127.033
Uso e Consumo	1.644.968	99.323
Gênero Alimentício	44.433	428
Medicamentos	1.543.327	53.421
Material de Rouparia	1.100.000	-
Outros estoques	16.439	-
	9.674.177	**2.648.328**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

7. Imobilizado

a. Composição Contábil

	Custo	Depreciação	2023 Líquido	2022 Líquido
Edifícios e Construções	18.851.879	(1.322.615)	17.529.264	17.717.954
Móveis, Equipamentos e Máquinas	54.358.584	(8.918.428)	45.440.156	5.634.841
Veículos	8.210.335	(7.333.800)	876.535	127.188
Equipamento de Informática	3.522.451	(2.854)	3.519.597	524.211
Utensílios e Instalações hospitalares	189.995	(1.359.740)	(1.169.745)	863
Imobilizado em andamento	2.427.915	-	2.427.915	7.494.440
Outros bens	79.550	-	79.550	77.550
	87.640.709	**(18.937.437)**	**68.703.272**	**31.577.047**

(i) Adições ao imobilizado em 2023, segmentado por centro de custo, parte significativa das adições referem-se à aquisição de bens de equipamentos e instalações para o funcionamento da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa.

Ceir	
Equipamentos de Informática	170.422
Máquinas e Equipamentos	197.056
Moveis	8.115
Obras de Arte	2.000
Veículos	124.605
	502.198
Sede	
Equipamentos de Informática	35.897
Máquinas e Equipamentos	3.111
Moveis	80.394
	119.402
Maternidade	
Equipamentos de Informática	1.720.611
Máquinas e Equipamentos	30.791.830
Moveis	3.165.036
Utensílios e Instalações	196.029
Veículos	718.000
	36.591.506
Imobilizado em andamento	
Bens Patrimoniais em Andamento	**2.415.349**
Outros	
Equipamentos de Informática	6.149
Moveis	372.800
	378.949
Total Geral	**40.007.404**

c. Premissas Subjacentes ao Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, pelo custo de aquisição acrescido dos gastos aferidos para que o ativo entre em operação. Os terrenos não são depreciados, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa Média	Anos
Edificações	4%	25
Instalações	10%	10
Eletrônicos, Maquinários e Equipamentos	10%	10
Móveis, Máquinas e Equipamentos	10%	10
Veículos	25%	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

8. Fornecedores

a. Composição Contábil

	2023	2022
Barrfab Industria Comercio Importação	959.274	197.700
Drager Industria	678.005	-
Systems Modulos	631.621	-
Otima Distribuidora	381.744	-
Ge Healthcare	261.160	-
Ortomix - Ortopedia Brasil Ltda	257.346	96.984
White Martins Gases	237.308	-
Magnamed Tecnologia	203.303	-
Medica Hospitalar	157.096	-
Ws Audiology	145.905	-
Mutual Servicos	142.048	-
Bioxxi	128.497	-
Uni Ceara	120.278	-
Brasao E Vig.	117.162	-
Ethnos Ind. E Com. De Prod. Ortop. Ltda (Produtos)	105.107	63.026
Tecniquimica	96.224	-
Ge Distribuidora	77.868	-
Gn Resound Produtos Médicos Ltda	76.752	110.880
Mv Informatica Nordeste Ltda	73.048	18.474
Laboratorios B Braun	72.738	-
Guerbet Produtos Radiológicos Ltda	70.517	4.300
Shopping Saude Ltda	65.291	-
Telemax Diagnóstico Por Imagem Ltda	60.997	31.381
Eme Equipamentos	58.751	-
Uni Hospitalar Ltda	51.715	-
Biolabbrasil - Equip	47.964	-
Atomed Produtos Médico (Oticon)	43.315	25.410
Natural Step Ind. Calçados Ortop.	40.252	-
Al3 Negocios Multipl	37.361	-
Frigotil	36.560	-
Infojobs Brasil Atividades De Internet Ltda.	34.768	52.250
Surgimed Hospitalar	33.555	-
Equatorial	32.683	-
Ampla Kennedy	31.621	-
Baumer S.A	-	539.939
Tecnowash Suzuki Comercial de Máquinas Ltda	-	477.500
Tecnoplastico Belfano	-	88.603
Sivantos Soluções Auditivas Ltda	-	63.910
Outros Fornecedores	586.093	130.505
	6.153.927	**1.900.862**

b. Títulos a Pagar por Vencimento:

	2023	2022
A vencer		
até 30 dias	4.210.096	362.799
entre 31 a 60 dias	223.243	97.515
entre 61 a 120 dias	40.902	147.119
há mais de 121 dias	27.284	44.168
Vencidos		
até 30 dias	831.547	1.247.038
entre 31 a 60 dias	6.309	1.942
entre 61 a 120 dias	11.333	-
há mais de 181 dias (i)	803.213	281
	6.153.927	**1.900.862**

(i) Os valores em aberto a mais de 181 dias são devidos Drager Industria, GE Healtcare decorre cláusula contratual que prevê o pagamento após a entrega total dos bens adquiridos, instalação, avaliação e aprovação do engenheiro clínico e treinamento das equipes.

9. Empréstimos e Financiamentos

a. Composição Contábil

	2023	2022
Empréstimos e Financiamentos Nacionais	881.924	1.393.391
(-) Juros a Incorrer	(129.284)	(384.808)
	752.640	**1.008.583**
Curto Prazo	**312.413**	**281.131**
Longo Prazo	**440.227**	**727.452**

b. Empréstimos e Financiamentos Nacionais

Instituição Financeira	Início	Vencimento	Principal	Taxa a.a.	2023	2022
Banco Lage Landen Brasil S.A.	12/03/2021	28/09/2026	1.792.865	15,80%	752.640	1.008.583
Nacionais					**752.640**	**1.008.583**

A operação de financiamento captada para aquisição de equipamento médico.

O valor justo dos financiamentos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se a taxa intrínseca de cada contrato.

c. Fluxos de Pagamento

	Financiamento
2024	329.292
2025	423.348
	752.640

*Os valores referentes ao fluxo de pagamentos do exercício de 2026 se trata de resíduos provenientes de antecipações realizadas durante o ano de 2022.

10. Salários, Encargos Sociais e Férias a Pagar

	2023	2022
Férias a Pagar	1.342.904	1.000.727
INSS a recolher	145.632	90.398
FGTS a recolher	294.048	207.402
IRRF a recolher	110.415	80.267
Demais Trabalhistas	74.227	33.497
	1.967.226	**1.412.291**

Em dezembro de 2023 o total de funcionários da Associação Reabilitar era de 504 funcionários. Eram 308 funcionários em dezembro de 2022.

11. Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais

As receitas diferidas são oriundas de subvenções governamentais contratadas com o governo federal para aquisições de bens do ativo imobilizado.

a. Composição Contábil

	2023	2022
Contrato de Gestão do Prédio (1)	15.457.352	15.623.868
Mercadorias Doadas pela RFB (2)	878.565	929.595
Convênio Nº 878446.2018 (3)	852.500	1.011.353
Convênio Nº 877912.2018 (3)	233.613	269.922
Bens SESAPI	122.109	128.873
Emenda Rejane Dias-98/14	2.332	17.554
Emenda Ismar Marques - 102/14	26.953	43.120
Mercadorias Doadas pela RF	43.908	50.453
Elevador CEIR 2020	91.000	104.000
Mercadorias Doadas pela RF	336.213	378.915
Contrato de Gestão do CER IV	271.844	322.345
Emenda Dep. Merlong Solano	-	153.563
Emenda Dep. Flávio Nogueira	-	100.000
Emenda Senadora Regina Sousa	-	300.000
Contrato de Gestão – MDER (4)	109.063.530	67.597.443
	127.379.919	**87.031.003**
Curto Prazo	**40.685.555**	**1.127.074**
Longo Prazo	**86.694.364**	**85.903.929**

b. Movimentação do saldo de Receitas Diferidas de Subvenções:

	Saldo de Receitas Diferidas	Receitas Reconhecidas no período	Rendimento financeiro dos recursos ainda não aplicados	Recursos de subvenção para custeio/ investimento	Saldo de Receitas Diferidas o final do período
Contrato de Gestão do Prédio (Higino Cunha) (1)	15.623.868	(166.516)			15.457.352
Mercadorias Doadas - Receita Federal (2)	929.594	(51.029)			878.565
Bens Sesapi	128.873	(6.764)			122.109
Mercadorias Doadas - Receita Federal	50.453	(6.545)			43.908
Emenda Parlamentar - Rejane Dias - 98/14	17.554	(15.222)			2.332
Emenda Parlamentar - Ismar Marques - 102/14	43.120	(16.167)			26.953
Convênio Nº 877912.2018 (3)	269.922	(36.309)			233.613
Convênio Nº 878446.2018 (3)	1.011.353	(158.853)			852.500
Elevador CEIR 2020	104.000	(13.000)			91.000
Mercadorias Doadas Receita Federal - Bazar 2021	378.915	(42.702)			336.213
Contrato de Gestão nº230/2020 - Reabilitar - Sesapi	322.345	(50.501)			271.844
Emenda Parlamentar - Dep. Merlong Solano	153.563	(153.563)			-
Emenda Parlamentar - Dep. Flávio Nogueira Júnior	100.000	(100.000)			-
Emenda Parlamentar - Sen. Regina Souza	300.000	(300.000)			-
Subtotal	**19.433.560**	**(1.117.171)**			**18.316.389**
Contrato de Gestão – MDER (4)	**67.597.443**	**(5.784.752)**	**1.338.011**	**45.912.828**	**109.063.530**
	87.031.003	**(6.902.003)**	**1.338.011**	**45.912.828**	**127.379.919**

(1) Referente à contabilização do prédio localizado na Av. Higino Cunha, cedido pelo Governo do Estado do Piauí através do contrato de Gestão n° 248/2013;
(2) Referente ao recurso da venda de mercadorias no bazar e incorporação de equipamentos de informática ao patrimônio da Entidade, oriundos das mercadorias doadas pela Receita Federal, conforme ADM/SRRF03/RF n° 06 de abril de 2017, processo nº 10384.721327/2017-61. Este recurso foi aplicado em projetos de ampliação e melhoria nos atendimentos da Entidade, através de construção de uma academia, aquisição de elevadores e troca de outros equipamentos;
(3) Refere-se à aquisição de equipamento e material permanente visando o fortalecimento do SUS, através de Convênio firmado com o Ministério da Saúde.
(4) Refere-se a obrigações decorrentes do Contrato de Gestão para administração da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa recebidos para cumprimento do objeto do contrato que consistem na aquisição de equipamentos, gestão administrativa e contratação de pessoal no período determinado no Contrato de Gestão.

b. Movimentação do Imobilizado

	2021	Adições	Baixas	Transf.	2022	Adições	Baixas	Transf.	2023
Custo									
Edifícios e Construções	18.851.879	-	-		18.851.879		-	-	18.851.879
Moveis, Equipamentos e Máquinas	12.471.884	243.722	(48.869)	1260	12.667.997	34.627.172	(287.878)	7.351.294	54.358.584
Veículos	7.367.729	-	-		7.367.730	842.605	-	-	8.210.335
Utensílios e Instalações hospitalares	2.795	-	-		2.795	187.199	-	-	189.995
Equipamento de Informática	1.511.955	142.970	(32.716)		1.622.210	1.933.079	(32.838)	-	3.522.451
Imobilizado em andamento	13.827	7.481.874		(1.260)	7.494.440	2.415.349	(130.580)	(7.351.294)	2.427.915
Outros bens	77.550	-	-		77.550	2.000	-	-	79.550
	40.297.619	**7.868.566**	**(81.585)**	**-**	**48.084.601**	**40.007.404** (i)	**(451.296)**	**-**	**87.640.709**
Depreciação									
Edifícios e Construções	(945.234)	(188.690)	-		(1.133.924)	(188.690)			(1.322.615)
Móveis, Equipamentos e Máquinas	(6.337.693)	(735.456)	38.046		(7.035.103)	(1.898.023)	14.737	(39)	(8.918.428)
Veículos	(7.146.257)	(94.440)	-		(7.240.697)	(93.103)			(7.333.800)
Utensílios e Instalações hospitalares	(1.654)	(279)	-		(1.933)	(960)		39	(2.854)
Equipamento de Informática	(954.572)	(171.339)	30.014		(1.095.897)	(291.815)	27.972		(1.359.740)
	(15.385.410)	**(1.190.205)**	**68.060**	**-**	**(16.507.554)**	**(2.472.591)**	**42.709**	**-**	**(18.937.437)**
Imobilizado, líquido	**24.912.210**	**6.678.361**	**(13.525)**	**-**	**31.577.046**	**37.534.813**	**(408.587)**	**-**	**68.703.272**

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO - ASSOCIAÇÃO REABILITAR

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

CONTINUANDO

NEX

	2022	2023
Ativos do Contrato		
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras - Banco do Brasil	22.177.787	26.867.927
Convênios e Subvenções a Receber	39.062.973	29.942.523
Imobilizado	6.266.735	45.827.915
Estoques	-	5.981.196
	67.507.495	**108.619.561**
Passivos do Contrato		
Subvenções a realizar	67.832.602	113.745.429
(+) Rendimentos de aplicação	628.641	1.966.652
(-) Receitas Diferidas reconhecidas	(863.800)	(7.002.972)
(+) Valores a reembolsar a conta	(89.948)	(89.948)
	67.507.495	**108.619.561**

12. Receitas Operacionais

	2023	2022
Contrato de Gestão CEIR (i)	12.602.504	12.602.502
Contrato de Gestão IV (i)	1.601.822	2.362.705
SUS - Sistema Único de Saúde	9.499.610	7.534.468
Contrato de Gestão MDER (v)	5.784.752	863.800
Subvenção Governamental (iv)	1.117.171	1.642.330
Transporte Eletivo (Qualisus) (ii)	4.737.802	4.665.601
CER III (iii)	2.610.000	2.400.000
Oficina Itinerante - Projeto Passo a Frente	1.637.784	352.673
Contrato de Gestão do CER IV - Parnaíba	808.492	-
Programa Rede Viver Sem Limites	705.000	648.000
Doações	405.608	102.031
Produção da Oficina	342.434	339.515
Maternidade D. Evangelina Rosa	41.530	48.455
Centro de Diagnóstico	33.491	31.165
Trabalho Voluntário	-	127.666
Outras Receitas	40.846	430
Subtotal	**41.908.846**	**33.723.342**
Deduções da Receita		
Vendas Canceladas, Deduções e Desc.	(14.024)	(9.210)
Serv. Cancelados, Devoluções e Desc.	(44.394)	(36.385)
ICMS	(16.633)	
	(75.051)	**(45.595)**
Receita Operacional Líquida	**41.893.795**	**33.677.747**

(i) Refere-se a repasse mensal em decorrência do Contrato de Gestão nº 248/2013 firmado entre a Associação Reabilitar e a Secretaria de Saúde do Estado do Piauí com a obrigação da Associação Reabilitar de realizar o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde, mediante recebimento de valor mensal de R$ 922.000, para auxílio financeiro nos custos e despesas no âmbito dos atendimentos. A vigência do contrato tem prazo final até 29 de agosto de 2024. Consta também acréscimo de R$ 128.208 referente ao Pós-covid Teresina.

(ii) Refere-se a repasse mensal em decorrência do contrato 094/2015 repassados pelo Estado do Piauí equivalente a 60% e 40% pelos municípios que financiam o transporte de pacientes eletivos no SUS para Teresina-PI. Este serviço é realizado através de contrato celebrado entre o Estado do Piauí, por meio da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí e a Associação Piauiense de Municípios (APPM). É um serviço feito através de ônibus que fica sob a responsabilidade da Entidade. A receita média é de cerca de R$ 400.000 mensais, podendo ser interrompida a qualquer momento pelos contratantes.

(iii) O CER III refere-se a recebimento de recursos de incentivos financeiros de custeio para o Componente Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde, no valor mensal de R$ 200.000. O repasse do incentivo é condicionado a utilização de prontuário único para cada paciente; condução da atenção aos usuários conforme diretrizes estabelecidas por instrutivos; estrutura física e funcional e de equipe multiprofissional devidamente qualificada capacitada para a prestação de assistência especializada para pessoas com deficiência, constituindo-se como referência em habilitação/reabilitação, conforme requisitos definidos pelo Ministério da Saúde.

(iv) Refere-se ao reflexo no resultado da receita de subvenções relativas a ativos imobilizados. A receita é reconhecida de modo racional em conformidade com a vida útil dos ativos. conforme ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade De Lucros. Na nota explicativa nº 11 apresentamos a movimentação nas Receitas Diferidas de Subvenção Governamentais.

(v) Refere-se ao reflexo no resultado da receita de subvenções relativas a custeio da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa. A receita é reconhecida na medida em os recursos são aplicados na operação. conforme ITG 2002 (R1) - Entidade Sem Finalidade De Lucros. Na nota explicativa nº 11 apresentamos a movimentação nas Receitas Diferidas de Subvenção Governamentais.

13. Custos dos Serviços Vendidos

	2023	2022
Atividades de Habilitação, Reabilitação. e Readaptação	7.301.855	5.641.987
Centro de Diagnóstico	2.919.114	3.138.570
Transporte Eletivo (Qualisus)	1.943.922	2.286.347
Reabilitação pós-covid	558.088	1.552.149
Maternidade Dona Evangelina Rosa	2.323.617	990.867
Depreciação	251.543	250.737
	15.298.139	**13.860.653**

14. Custos com Produtos Vendidos

	2023	2022
Oficina Ortopédica	2.715.120	832.417
Oficina Ortopédica Itinerante	54.887	885.168
Custo c/ Mercadoria	5.831.901	1.919.549
Depreciação	42.595	44.900
	8.644.503	**5.682.035**

15. Despesas Administrativas

	2023	2022
Salários	3.807.474	3.643.689
Manutenção	3.588.337	2.498.157
Serviços Prestados PJ	2.424.702	1.086.947
Depreciação	2.178.454	894.568
Vigilância, Segurança e Agente de Portaria (i)	2.458.735	733.769
Material de Uso e Consumo	330.177	723.614
Software	882.074	596.830
Férias	489.505	420.972
Encargos Sociais – FGTS	441.989	405.844
Energia	456.125	398.859
Décimo Terceiro Salário	368.735	309.639
Despesas Bancárias	225.281	257.668
Alimentação do Trabalhador	433.290	215.725
Água	173.171	192.790
Plano de Saúde	348.112	190.398
Seguros	214.443	172.452
Vale Transporte	117.818	162.292
Locação de equipamentos	160.695	146.098
Despesas com Trabalho Voluntário	-	127.666
Aluguéis	398.403	113.688
Diárias, Viagens e Ajuda de Custos	168.772	77.747
Indenizações Trabalhistas	69.767	56.980
Combustível	72.771	51.345
Serviços Gráficos	93.856	27.503
Perda em contas a receber	-	6.322
Outras despesas administrativas	796.032	684.965
	20.698.718	**15.096.527**

(i) Entre 2023 e 2022 houve aumento expressivo nas despesas com vigilância e limpeza decorrentes do início da operação da Nova Maternidade D. Evangelina Rosa, a partir do mês de setembro de 2023.

16. Resultado Financeiro Líquido

	2023	2022
Rendimentos Aplicações Financeiras	103.679	265.734
	103.679	**265.734**
IOF s/ Rendimentos de Aplicação	(6.580)	(9.796)
IRRF s/ Rendimentos de Aplicação	(18.797)	(84.678)
	(25.377)	**(94.474)**
	78.302	**171.260**

17. Tributos sobre as Atividades e Certificações

a. Certificações

A Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação, Readaptação teve seu pedido de concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde, deferido em 13 de agosto de 2014, passando a usufruir das imunidades abrangidas pelo CEBAS – Saúde a partir desta data, conforme dispõe a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

A Entidade possui Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) conforme Portaria SAES/MS nº 1.033 de 03/11/2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13/11/2020, com validade de 14/08/2020 a 13/08/2023 que deferiu a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde.

b. Tributação

Nos termos do artigo 150 da Constituição Federal de 1988 e conforme o que dispõe o artigo 14 da Lei nº 5.172/66, a Associação Piauiense de Combate ao Câncer Alcenor Almeida não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; e mantém escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades que asseguram sua exatidão. Portanto, é imune dos seguintes tributos:

i. Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) - conforme o que preceitua a Lei Federal nº 9.532/1997.

ii. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) - incidentes sobre rendimentos de aplicações financeiras, financiamentos e apólices de seguros - como previsto na legislação fiscal vigente, inclusive, a Entidade tem enviado regularmente às instituições financeiras com as quais realiza operações financeiras, declaração de que é imune e, por esse motivo, não está sujeita à incidência do IRRF e do IOF sobre as referidas operações financeiras.

iii. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a Entidade possui o Certificado de Imunidade Tributária vigente desde 17 de outubro de 2017. De acordo com o novo Código Tributário Municipal, Lei nº 4.974, de 26 de dezembro de 2016, no seu Art.8º, § 7º, não estabelece mais prazo de validade do Certificado de Imunidade Tributária. Conforme Despacho SS/2021-DPAF-GRISS-SEMF de 04 de outubro de 2021, a Divisão de Planejamento Fiscal do município de Teresina avaliou pela não necessidade no momento de uma nova ação fiscal para análises do cumprimento dos requisitos da imunidade tributária.

iv. A Entidade conta com imunidade em relação a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) por se enquadrar no artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

v. A Entidade conta com imunidade em relação a Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sob prestações de serviços e rendimentos de aplicações financeiras - por decisão transitada em julgado - Acórdão nº 9303-01.521 - 3ª Turma Câmara Superior de Recursos Fiscais do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

vi. A imunidade da contribuição a cargo da Entidade, destinada à Seguridade Social - Patronal (INSS) está relacionada a Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS).

Em atendimento ao art. 169, inciso VIII, alínea (d) da Portaria de Consolidação MS/GM nº 01 de 28/09/2017, são demonstrados a seguir, os valores, passíveis de mensuração razoável, relativos aos benefícios fiscais usufruídos, aqueles elencados no art. 55, da Lei 8.212/91, durante os exercícios de 2023 e 2022:

	2023	2022
Contribuição Patronal de INSS	2.664.100	2.329.591
Alíquota RAT e FAP	399.615	386.712
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	333.012	314.495
	3.396.727	**3.030.798**

18. Atendimentos SUS e não SUS

A Entidade apresenta indicadores que firmam o cumprimento das metas estabelecidas, cujo resultado operacional é o comprometimento do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), mas, a remuneração individual recebida torna-se insuficiente devido ao alto custo operacional dos serviços prestados, gerando déficits que são compensados com outras receitas provindas de outros convênios, doações e subvenções governamentais.

A Entidade da Área de Saúde faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos conforme a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021 do Ministério da Saúde, que dispõe o processo de Certificação das Entidades Beneficente de Assistência Social na Área de Saúde (CEBAS-SAÚDE), ofertando a prestação dos seus serviços ao SUS, apresentando o seu percentual de 95,65%, entretanto obrigatoriamente, informará ao Ministério da Saúde, na forma por ele estabelecida, a sua totalidade dos atendimentos realizados por pacientes usuários do SUS, como também, a sua totalidade dos atendimentos realizados para pacientes não usuários do SUS, atendendo durante o exercício o percentual de atendimento decorrente de convênio firmado com o Sistema Único de Saúde, sendo superior a 60% do total de sua capacidade instalada.

CEBAS- Saúde

Produção Própria - Pacientes-Dia SUS e Não SUS - Sistema SIH/CIHA

Mês	Atendimento SUS	Atendimentos Ñ SUS	Total no Mês	% SUS Mês	% SUS Acumulado
Janeiro	7.961	327	8.188	96,01%	96,01%
Fevereiro	6.555	303	6.858	95,58%	95,58%
Março	9.060	315	9.375	96,64%	96,64%
Abril	6.794	238	7.032	96,62%	96,62%
Maio	9.477	449	9.926	95,48%	95,48%
Junho	8.787	318	9.105	96,51%	96,51%
Julho	9.208	245	9.453	97,41%	97,41%
Agosto	9.693	325	10.018	96,76%	96,76%
Setembro	7.894	201	8.095	97,52%	97,52%
Outubro	8.192	397	8.589	95,38%	95,38%
Novembro	8.770	301	9.071	96,68%	96,68%
Dezembro	0	142	142	0,00%	96,28%
	92.291	**3.561**	**95.852**	**96,28%**	

19. Trabalho Voluntário

O Trabalho Voluntário está dividido em Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria, os valores aos quais seriam repassados aos colaboradores voluntários da Associação Reabilitar, seriam calculados com base no Salário-Mínimo Vigente.

	2023	2022
Conselho de Administração	21.667	38.333
Conselho Fiscal	26.667	29.333
Diretoria	18.333	60.000
	66.666	**127.666**

20. Remuneração do Pessoal Chave da Administração

O pessoal-chave da administração inclui superintendência executiva, superintendência multiprofissional, superintendência administrativa financeira, coordenadores, gerentes e supervisores, contadores sendo todos celetistas. A remuneração, que é estipulada de acordo com o valor de mercado, paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração por seus serviços está apresentada à seguir:

	2023	2022
Salários e benefícios de curto prazo, a empregados.	1.312.611	1.239.675
	1.312.611	**1.239.675**

21. Contrato de Gestão Nova Maternidade da Dona Evangelina Rosa

a. Sobre o Contrato de Gestão NMDER N° 32/2022

O referido contrato tem por objeto a celebração de parceria com a Associação Reabilitar para a gestão administrativa, aquisição dos equipamentos para Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa e contratação de pessoal. Necessário destacar que em 21/08/2023 foi assinado Termo Aditivo nº 01/2023 que tem por objeto a alteração das cláusulas quinta, sexta, nona e do Anexo 3 (Plano Operativo) do Contrato de Gestão N° 32/2022 e a inclusão de novas cláusulas contratuais para o RECURSO DE CUSTEIO visando o gerenciamento e operacionalização das atividades da NOVA MATERNIDADE DONA EVANGELINA ROSA.

b. Situação em dezembro de 2023

O Contrato de Gestão NMDER possui um atraso no repasse, na ordem de R$ 14.942.524 conforme detalhado na Nota 5, até o momento não se tem informação da previsão orçamentária e financeira para a liquidação das parcelas em atraso. Os processos encontram-se em trâmite na SESAPI, onde:

- Solicitamos mensalmente o recebimento das parcelas em atraso, por meio de ofício direcionado a SESAPI. A Superintendência acompanha o trâmite dos processos diariamente;
- Até o momento não temos informações de datas para recebimento das parcelas em atraso, processos encontram-se em trâmite na SESAPI;

Estamos aguardando o cumprimento das ações que cabem ao contratante no que concerne a liquidação das parcelas vencidas.

c. Relação Associação Reabilitar x Nova Maternidade D. Evangelina Rosa

A assistência à saúde é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS), e para isto toda a linha de cuidado deve ser eficiente, efetiva e eficaz, desde a atenção básica até os procedimentos de alta complexidade, de forma organizada e hierarquizada, com foco na qualidade dos serviços prestados, segundo o grau de complexidade de assistência requerida.

A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade dos serviços prestados aos usuários, com atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com seus recursos humanos e técnicos, e oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.

A necessidade premente de complementar a oferta de serviços assistenciais especiais e de alto custo, com o objetivo de minimizar substancialmente a demanda reprimida observada é mandatória, que influencia diretamente na ampliação do acesso universal aos ditos serviços assistenciais que devem ser disponibilizados universalmente pelo SUS.

Com essa premissa a Associação Piauiense de Habilitação, Reabilitação e Readaptação – Associação Reabilitar, inscrita no CNPJ Nº 07.995.466/0001-13, Organização Social sem fins lucrativos, detentora do título de entidade de utilidade pública municipal, estadual e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, foi contratada para gestão da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa, por se enquadrar nos requisitos da Lei Estadual nº 7.612/2021.

Neste sentido, destaca-se a importância da implementação, através da contratualização desta Organização Social para o gerenciamento de forma eficaz e eficiente do objeto com a administração do Recursos Humano (RH) e aquisição de equipamentos para o funcionamento da Nova Maternidade Evangelina Rosa (NMDER) e contratação de colaboradores para atuar neste estabelecimento de saúde.

d. Porte e Estrutura da NMDER

Unidade hospitalar tipo maternidade de alto risco obstétrica e neonatal, urgência e emergência obstétrica e neonatal de alto risco e ambulatorial obstétrica e neonatal de alto risco (Grande porte – atenção secundária e terciária da saúde).

Estrutura física composta de 08 andares, 05 anexos, 293 leitos.

e. Planejamento já executado

Obra executada em 95%, faltando 5% de obra, ação de responsabilidade da SESAPI. Quanto a aquisição de equipamentos, já adquirimos um percentual de aproximadamente 37%, ação realizada pela Associação Reabilitar.

f. Operacionalização do Serviço

A Associação Reabilitar iniciou a gestão dos serviços da Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa em 08/08/2024 com a abertura do Ambulatório de Atendimento Especializado para crianças de 0 a 02 anos, e na sequência para gestantes de alto risco, implantando os serviços com recursos humanos e técnicos qualificados e com acesso via rede do SUS, oferecendo atendimentos de referência secundários e terciários em assistência obstétrica e neonatal de acordo com sua capacidade instalada e sua capacidade técnica operacional.

Em 27/11/2023 foi iniciou o processo de transferência dos serviços hospitalares, conforme modalidades abaixo descritas: unidade hospitalar tipo maternidade de alto risco obstétrica e neonatal, urgência e emergência obstétrica e neonatal de alto risco. Assim, em meados de 10 de dezembro de 2023 a Nova Maternidade Dona Evangelina Rosa passa a funcionar na sua plenitude.

22. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados atualmente pela Entidade estão restritos a investimentos de curto prazo, contas a receber e empréstimos e financiamentos em condições normais de mercado. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos nas demonstrações contábeis pelos critérios descritos na Nota 3.a.

Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, buscando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Os principais instrumentos financeiros, ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 são descritos abaixo, juntamente com os critérios para sua avaliação:

- Caixa e equivalentes de caixa e juros depósitos bancários: as contas correntes detidas em bancos têm valores de mercado semelhantes aos valores contábeis;
- Clientes, convênios e subvenções governamentais a receber e outros ativos: são reconhecidos pelo justo.
- Adiantamentos e Despesas Antecipadas: são reconhecidos pelo valor justo.
- Fornecedores de bens e serviços: os valores reconhecidos representam o valor justo em reais das aquisições;

Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais representam o valor justo em reais das obrigações a cumprir com os contratos.

a. Risco de Crédito

A Entidade não possui risco devido ao perfil dos recebíveis, em sua maioria decorrentes de contratos de gestão com o setor público e contratualização com Sistema Único de Saúde.;

No que se refere ao risco de crédito associado a aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Entidade apenas realiza operações em instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating independentes.

b. Risco de Liquidez

A política de gestão de risco implica manter um nível seguro de caixa e equivalentes de caixa ou acessos a fundos imediatos. Desta forma, a Entidade possui investimentos com vencimento a curto prazo e liquidez imediata.

c. Gestão de Risco de Capital

Os objetivos da Entidade na gestão de seu capital são proteger a capacidade de continuar suas operações e garantir uma estrutura de capital adequada.

d. Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Existem três níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, sendo que a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativos ou passivos financeiros. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1: Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2: Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraídos de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Entidade estão evidenciados no quadro abaixo:

	Nível	2023 Valor contábil	2023 Valor justo	2022 Valor contábil	2022 Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixas	1	2.221.571	29.089.498	3.700.103	25.877.891
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	1	26.867.927		22.177.787	-
Convênios e Subvenções a receber	1	35.749.349	35.749.349	42.123.627	42.123.627
Despesas Antecipadas	1	68.329	68.329	74.687	74.687
Adiantamentos	1	2.426.554	2.426.554	1.294.966	1.294.966
		67.333.730	**67.333.730**	**69.371.170**	**69.371.170**
Passivos					
Fornecedores de bens e serviços	1	6.153.927	6.153.927	1.900.862	1.900.862
Empréstimos e Financiamentos	1	312.413	312.413	1.008.583	1.008.583
Receitas Diferidas de Sub. Governamentais	1	40.271.174	40.271.174	87.031.003	87.031.003
Outras Obrigações	1	14.245	14.245	33.311	33.311
		46.751.759	**46.751.759**	**2.942.756**	**2.942.756**

e. Instrumentos Financeiros por Categoria

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2023 Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	2.221.571	-	-
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	26.867.927	-	-
Convênios e Subvenções a receber	-	35.749.349	-
Despesas Antecipadas	-	68.329	-
Adiantamentos	-	2.426.554	-
	29.089.498	**38.244.232**	**-**
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	6.153.927
Empréstimos e Financiamentos	-	-	752.640
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	-	-	127.379.920
Outras Obrigações	-	-	14.244
	-	-	**134.300.731**

	Valor justo através do resultado	Ativos pelo custo amortizado	2022 Passivos pelo custo amortizado
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixas	3.700.103	-	-
Caixa Restrito - Aplicações Financeiras	22.177.787	-	-
Convênios e Subvenções a receber	-	42.123.627	-
Despesas Antecipadas	-	74.687	-
Adiantamentos	-	1.294.966	-
	25.877.891	**43.493.279**	**-**
Passivos			
Fornecedores de bens e serviços	-	-	1.900.862
Empréstimos e Financiamentos	-	-	1.008.583
Receitas Diferidas de Subvenções Governamentais	-	-	87.031.003
Outras Obrigações	-	-	33.311
	-	-	**2.942.756**
	25.877.891	**43.493.279**	**2.942.756**

Edilson Pereira da Silva
Contador
CRC-PI 005002/O-1

Walter de Sousa Oliveira
Superintendente Adm./Financeiro
C.R.A. 0364-PI

Aderson Luz Carvalho
Superintendente Executivo em Exercício

Benjamim Pessoa Vale
Presidente
CRM N° 1916/PI

ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da **ASSOCIAÇÃO PIAUIENSE DE HABILITAÇÃO, REABILITAÇÃO, READAPTAÇÃO – ASSOCIAÇÃO REABILITAR**, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, complementados pelas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, elaboradas pelo Contador Sr. Edilson Pereira da Silva, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, e louvando-se no Relatório da empresa **PKF AFFIANCE BRAZIL AUDITORES INDEPENDENTES** sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 22 de março de 2024, é de opinião que os referidos documentos atendem às disposições estatutárias e legais, merecendo nossa aprovação.

Teresina-PI, 26 de março de 2024.

Conselho Fiscal:
Carlos Alberto Linhares de Araújo
Maria das Graças Cavalcante Nogueira
João da Cruz Sousa Neto

CASO MARIELLE: relator da CCJ defende manter prisão de Brazão

Chiquinho Brazão é deputado federal e sua prisão precisa passar pela análise do Congresso Nacional. Ele foi expulso do União Brasil

O relator responsável por analisar a detenção do deputado federal Chiquinho Brazão (RJ) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, o deputado Darci de Matos (PSD-SC), defendeu manter a prisão do parlamentar acusado de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco e do motorista Anderson Gomes, em março de 2018.

A CCJ ia analisar na tarde de ontem (26) o parecer favorável à manutenção da prisão preventiva, aprovando ou rejeitando a posição do relator. Mas o processo foi pedido vista.

"Considerando presentes os requisitos constitucionais do flagrante e da inafiançabilidade, além de estar adequadamente fundamentada, meu voto é pela preservação da eficácia da decisão proferida pelo ministro Alexandre de Moraes, referendada, à unanimidade, pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal [STF]", defendeu o relator na CCJ.

Brazão foi preso preventivamente, no último domingo (24), por obstrução de Justiça com envolvimento de organização criminosa. No mesmo dia, ele foi expulso do União Brasil.

No parecer, o relator Darci de Matos defendeu que a imunidade parlamentar não se aplica ao caso de Brazão. "Não nos afigura razoável que o constituinte originário tenha imaginado a imunidade à prisão cautelar assegurada aos parlamentares em casos como o que ora se examina", afirmou.

O relator na CCJ acrescentou ainda que, "conforme consta da representação da autoridade policial, são eloquentes os indícios de autoria mediata por parte do Deputado Chiquinho Brazão".

FLAGRANTE E INAFIANÇÁVEL

Para Darci de Matos, está configurado o estado de flagrância, uma das exigências para prisão de deputados, uma vez que o crime de obstrução à Justiça continuava a ser praticado ao longo do tempo.

"Até os dias atuais, é possível aferir a movimentação de Domingos, Chiquinho e Rivaldo no sentido de criar obstáculos à regular tramitação da elucidação dos fatos que circundam o homicídio de Marielle e Anderson, de modo a sinalizar, de forma cristalina, a perenidade de suas condutas", diz trecho da denúncia das autoridades policiais destacado pelo relator no parecer.

O relator Darci de Matos acrescentou que a prisão preventiva afasta a possibilidade de se pagar fiança, que é outra condição para não se prender um deputado federal.

"Se, nos casos concretos, estiverem presentes os requisitos para a decretação da prisão preventiva, não haveria lógica ou razoabilidade na concessão de fiança", argumentou, citando decisão do Supremo sobre o tema em 2015, durante o julgamento sobre a prisão do ex-senador Delcídio do Amaral (MT).

DEFESA

A assessoria do deputado Chiquinho Brazão afirmou que o parlamentar é inocente e a prisão é arbitrária.

"É estarrecedor que o Deputado Federal Chiquinho Brazão, um cidadão inocente e um parlamentar no exercício de seu mandato, tenha sido preso de forma arbitrária em pleno domingo", diz a nota.

"O próprio relatório policial confessa a mais absoluta ausência de provas contra o deputado. Além de altamente desnecessária, visto que o deputado sempre esteve à disposição das autoridades, a medida é absurda e se baseia apenas em presunções e nas declarações de um criminoso confesso que busca diminuir sua pena", completou o comunicado.

(Agência Brasil)

>>> INTERNACIONAL

Brasil acompanha com preocupação processo eleitoral na Venezuela

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) manifestou preocupação com o processo eleitoral na Venezuela em nota à imprensa divulgada nesta terça-feira (26).

"O governo brasileiro acompanha com expectativa e preocupação o desenrolar do processo eleitoral" na Venezuela. Trata-se da primeira manifestação do tipo, sobre o pleito venezuelano, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O prazo de registro de candidaturas para as eleições presidenciais venezuelanas terminou na noite desta segunda-feira (25). Porém, a coligação de oposição ao atual presidente venezuelano, Nicolás Maduro, anunciou que não conseguiu registrar a candidatura da filósofa e professora universitária Corina Yoris.

A nota do MRE destaca que o impedimento do registro da candidatura não é compatível com os acordos assinados em outubro do ano passado, em Barbados, para promoção de diálogo, direitos políticos e garantias eleitorais na Venezuela. E que até o momento, não houve explicação oficial para este impedimento.

"Com base nas informações disponíveis, observa que a candidata indicada pela Plataforma Unitaria, força política de oposição, e sobre a qual não pairavam decisões judiciais, foi impedida de registrar-se, o que não é compatível com os acordos de Barbados. O impedimento não foi, até o momento, objeto de qualquer explicação oficial."

No entanto, mesmo sem o registro da opositora de Maduro, Corina Yoris, o MRE apontou que 11 candidatos ligados a correntes de oposição conseguiram registros para concorrer à vaga presidencial e citou como exemplo o atual governador do município de Zulia, também integrante da Plataforma Unitaria, Manuel Rosales, que enfrentará Nicolás Maduro nas urnas, em 28 de julho.

O venezuelano já disputou a presidência da Venezuela, em dezembro de 2006, como adversário do ex-presidente Hugo Chávez, que comandou aquele país de fevereiro de 1999 a março de 2013, quando faleceu.

O Palácio Itamaraty anunciou que o Brasil, em conjunto com outros membros da comunidade internacional, irá cooperar para que as eleições sejam um passo para a normalização da vida política e o fortalecimento da democracia na Venezuela. O MRE classifica o país vizinho como "amigo do Brasil".

(Agência Brasil)